REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA (RSB): EXPRESSÃO OU REPRODUÇÃO DA REVOLUÇÃO PASSIVA?

Jairnilson Silva Paim[1]

A ideia, a proposta, o projeto e o processo da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) têm sido analisados mediante o conceito de revolução passiva com o propósito de explicar os "filtros" pelos quais passaram. Este artigo tem como objetivo analisar a RSB e discutir características e desdobramentos desse processo na conjuntura. Nesse sentido, considera a hipótese segundo a qual o próprio processo da RSB apresenta uma "revolução passiva específica", acompanhada do transformismo de parte dos seus intelectuais e dirigentes. Analisando projetos que permanecem em disputa nas políticas de saúde (mercantilista, racionalizador e o da RSB), postula, também, que sujeitos da antítese possam ser mobilizados em função de uma práxis política que aposte na renovação e no aprofundamento da RSB.

Palavras-chave: política de saúde; Sistema Único de Saúde (SUS); política pública; saúde pública; Reforma Sanitária Brasileira; revolução passiva.

BRAZILIAN SANITARY REFORM (RSB): EXPRESSION OR REPRODUCTION OF THE PASSIVE REVOLUTION?

The concept of passive revolution has been used to analyze the idea, the proposal the project and also the process of RSB, in order to explain the "filters" they have passed through. This article aims to analyze the RSB, triggering the concepts of passive revolution and transformism to formulate new hypotheses and to discuss characteristics and developments in the conjuncture. Therefore it considers the hypothesis according to which the RSB process itself presents a "specific passive revolution", accompanied by the transformism on the part of its intellectuals and leaders. Analyzing projects that remain in dispute in health policies (mercantilist, rationalizer and RSB), it also posits that subjects of the antithesis can be mobilized in function of a political praxis that bets on the renewal and deepening of RSB.

Keywords: health policy; Unified Health System (UHS); public policy; public health; Brazilian Sanitary Reform; passive revolution.

REFORMA SANITARIA BRASILEÑA (RSB): EXPRESIÓN O REPRODUCCIÓN DE LA REVOLUCIÓN PASIVA?

La idea, la propuesta, el proyecto y el proceso de Reforma Sanitaria Brasileña – RSB, han sido analizados utilizando el concepto de revolución pasiva y transformismo con el fin de explicar los "filtros" a través del cual pasan. Este artículo tiene como objetivo analizar la RSB y discutir las características y evolución de ese proceso en la coyuntura. En este sentido, considera la hipótesis de que la RSB representa una "revolución pasiva específica", acompañado de transformismo de parte de sus intelectuales y líderes. El análisis de los proyectos en disputa en las políticas

1. Doutor em saúde pública. Professor titular em política de saúde do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA). *E-mail*: <jairnil@ufba.br>.

de salud (mercantilista, racionalizador y el proyecto de la RSB) postula también que sujetos de antítesis pueden movilizarse sobre la base de una práctica política que se dirige a la renovación y profundización de la RSB.

Palabras clave: política de salud; Sistema Único de Salud (SUS); política pública; salud pública; Reforma Sanitaria Brasileña; revolución passiva.

RÉFORME SANITAIRE BRÉSILIENNE (RSB): EXPRESSION OU REPRODUCTION DE LA RÉVOLUTION PASSIVE?

L'idée, la proposition, le projet et le processus de la Réforme de la Santé Brésilien-RSB ont été analysées en utilisant le concept de révolution passive afin d'expliquer le "filtre" à travers laquelle passaient. Cet article vise à analyser le RSB, déclenchant des concepts de révolution passive et «transformisme» à formuler de nouvelles hypothèses et de discuter des caractéristiques et de l'évolution de la situation. À cet égard, envisager l'hypothèse que le processus lui-même de la RSB présente une «révolution passive spécifique», accompagné de «transformisme» d´une partie de ses intellectuels et dirigeants. L'analyse des projets qui demeurent en litige dans les politiques de la santé (mercantiliste, et la rationalisation de la RSB) postule également que l'objet antithèse peut être mobilisée sur la base d'une pratique politique qui vise le renouvellement et l'approfondissement de la RSB.

Mots-clés: politique de santé; Sistema Unique de Santé (SUS); politique publique; santé publique; Réforme de la Santé Brésilien; révolution passive.

JEL: I180.

1 INTRODUÇÃO

A análise da Reforma Sanitária Brasileira (RSB), enquanto fenômeno socio-histórico, possibilita distintas abordagens teórico-metodológicas de acordo com a definição estabelecida para esse objeto. Assim, a RSB tem sido admitida como política pública de saúde, como componente de uma política de proteção social, como reforma setorial ou como *reforma social* que expressa certas relações entre saúde e estrutura da sociedade.

Um estudo realizado com o objetivo de analisar a emergência e o desenvolvimento da RSB, seus fundamentos, características e desafios apontou a ocorrência de uma *reforma parcial* de caráter setorial e institucional traduzida pela implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). A *ideia*, a *proposta*, o *projeto* e o *processo* da RSB (Paim, 2008) têm sido analisados mediante o conceito de *revolução passiva* (Gramsci, 2000; 2002), no sentido de explicar os "filtros" (Schraiber, 2008) pelos quais passaram.

Estudos mais recentes sobre a RSB têm contemplado questões como a democracia (Silva, 2016), o socialismo (Dantas, 2014), o sindicalismo (Santos, 2014) e o movimento popular (Silveira, 2015), sistematizando aportes teóricos e demarcando novos argumentos. Além disso, fatos produzidos na última década e na presente conjuntura estimulam novas perguntas: seria a RSB apenas uma expressão da *revolução passiva* do Brasil? Ou será que a RSB, além de configurar uma expressão da *revolução passiva* brasileira, tornou-se,

também, um espaço de reprodução desse fenômeno, constituindo uma espécie de "revolução passiva específica"?

O presente artigo tem como objetivo retomar os conceitos de *revolução passiva* e *transformismo* para a análise do *processo* da RSB, sugerindo novas hipóteses para a compreensão das suas características e de seus possíveis desdobramentos no momento atual.

2 OS CONCEITOS DE REVOLUÇÃO PASSIVA E DE TRANSFORMISMO

A expressão "revolução passiva" foi utilizada por Antonio Gramsci em várias notas dos *Cadernos do Cárcere*. Atribuiu tal noção a Vincenzo Cuoco, escritor, advogado e político italiano que participou da revolução de 1799, em Nápoles, e escreveu uma obra intitulada *Ensaio Histórico sobre a Revolução Napolitana*,[2] indicando que:

> a revolução napolitana, suscitada pelos acontecimentos externos, como a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, se restringiu a um grupo relativamente exíguo de intelectuais e não soube se ligar às concretas necessidades do povo (Gramsci, 2002, p. 371).

As reflexões elaboradas por Gramsci transformaram esta noção em um conceito capaz de interpretar a história italiana durante o Risorgimento, termo traduzido na língua portuguesa como Ressurgimento. Diz respeito a um movimento político que conduziu à unificação da Itália e, especificamente, à conformação do Estado italiano:

> conceito de retorno a um estado de coisas já havido no passado, ou de "retomada" ofensiva (*ricossa*) das energias nacionais dispersas em torno de um núcleo militante e concentrado, ou de emancipação de um estado de servidão para retornar à primitiva autonomia (*riscatto*). São difíceis de traduzir (...) de modo que se concebe a nação italiana como "nascida" ou "surgida" com Roma, pensa-se que a cultura greco-romana tenha "renascido", a nação tenha "ressurgido" (Gramsci, 2001, p. 89).

A *revolução passiva* também se refere ao processo de "revolução-restauração", tal como definido na França por Edgar Quinet,[3] relacionado às modificações ocorridas na Itália a partir das guerras napoleônicas:

> as exigências que encontraram na França uma expressão jacobino-napoleônica foram satisfeitas em pequenas doses, legalmente, de modo reformista, conseguindo-se assim salvar a posição política e econômica das velhas classes feudais, evitar e reforma agrária e, notadamente, evitar que as massas populares atravessassem um período de experiências políticas similares às da França nos anos do jacobinismo, em 1831, em 1848 (Gramsci, 1999, p. 299).

2. A noção de "revolução passiva" apareceria nesta obra. Depois da revolução napolitana, Cuoco (1770-1823) foi preso e exilado.

3. Republicano que participou na revolução de 1848 e que derrubou o rei Louis Philippe da França e publicou a obra *Les Révolutions d'Italie* (*As Revoluções de Itália*), sendo adversário de Luís Napoleão Bonaparte (Napoleão III).

O autor sistematiza as características desse tipo de mudança social em vários momentos da sua obra, especialmente no volume 5 da edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* (Gramsci, 2002), apontando para a fragilidade das forças populares em certos contextos históricos. Assim, a *revolução passiva* exprime:

> o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como uma reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de "restaurações" que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de "restaurações-progressistas" ou "revoluções-restaurações" (Gramsci, 1999, p. 393).

Desse modo, é também conhecida como "revolução sem revolução" ou "revolução pelo alto", isto é, "quando o Estado se sobrepõe a uma classe dirigente" (Buci-Gluksmann, 1978, p. 130), diferindo da contrarrevolução, entendida como "uma reação manifesta à mudança social" (Vianna, 2004, p. 98). Em síntese, *revolução passiva*, enquanto um conceito, expressa "um processo de transformação que excluiu a participação das forças democráticas e populares do novo bloco do poder" (Coutinho, 1981, p. 54).

Na *revolução passiva* há mudanças, porém com uma natureza distinta daquelas observadas em movimentos políticos revolucionários, a exemplo da Revolução Francesa ou da Revolução Bolchevique. Poderia corresponder a um quinto tipo de mudança social, complementar aos quatro tipos de práxis – reforma parcial, reforma geral, movimentos políticos revolucionários e revolução no modo de vida (Heller, 1986). Distante dos movimentos políticos revolucionários e da revolução do modo de vida, a *revolução passiva* poderia localizar-se entre a reforma parcial e a reforma geral.

O próprio Gramsci reconhecia que o conceito de *revolução passiva* poderia ser utilizado para a análise de outras formações sociais:

> o conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino (Gramsci, 2002, p. 220).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento capitalista tem-se realizado menos pelo padrão de revolução à francesa e mais por transformações moleculares. Em uma das notas, o autor chega a indicar a própria história da Europa enquanto *revolução passiva*:

> é possível fazer uma história da Europa no século XIX sem tratar organicamente da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas? E é possível fazer-se uma história da Itália na época moderna sem as lutas do Risorgimento? (...) Tem um significado "atual" a concepção de "revolução passiva"? Estamos num período de "restauração-revolução? (...) A Itália teria com a URSS a mesma relação que a Alemanha (e a Europa) de Kant-Hegel teriam com a França de Robespierre-Napoleão? (Gramsci, 1999, p. 281).

Essas perguntas sugerem certo reconhecimento da especificidade do caso italiano diante do contexto europeu, apesar de o conceito apresentar a potencialidade de uso na análise da situação de outros países.

Ainda assim, a interpretação do conceito de *revolução passiva* não é unívoca. Para alguns, o próprio Gramsci adota o conceito em uma concepção negativa quando reflete sobre o Risorgimento, e em uma concepção positiva ao abordar o Americanismo (Vianna, 2004; Carvalho, 2004). Outros só reconhecem o significado pejorativo do conceito, seja no Risorgimento (Macciocchi, 1976), seja no Fascismo (Felice, 1978; Buci-Gluksmann, 1978):

> a "revolução passiva" não pode constituir para Gramsci um "programa" como para os liberais do Risorgimento; é preciso, ao contrário, aprofundar a luta para arrancar as massas da "anestesia política" na qual elas são mantidas (Macciocchi, 1976, p. 110).

Daí que este conceito é considerado um dos mais ricos dos *Cadernos do Cárcere*, mas ao mesmo tempo um dos mais complexos, uma vez que ele foi "remanejado e enriquecido a ponto de se ver inteiramente metamorfoseado" (Buci-Gluksmann, 1980, p. 396).

Contemporaneamente, autores que estudaram a obra do filósofo da práxis têm apontado a pertinência do seu uso para analisar a história de países da América Latina (Coutinho e Nogueira, 1985; Aricó, 1985; Portantiero, 1985; Canclini, 1985; Cordova, 1985; Aggio, 1998) e do Brasil, em particular (Coutinho, 1981; 1985; Nogueira, 1985; 1998; Simionatto, 1998; Vianna, 2004; Dias, 2006), merecendo, entretanto, alguns cuidados:

> o tipo de acordo político eventualmente firmado (formalmente ou não) entre frações de classes dominantes, mais avançadas ou retardatárias do ponto de vista econômico, ou mesmo com outros segmentos ou grupos sociais (como as camadas médias), assim como a ausência ou não de uma aliança com as massas populares, a incompletude da reforma intelectual e moral ou o grau de frustração no processo de afirmação de uma vontade nacional-popular, à moda jacobina, transformadora do aparelho estatal, são todos elementos que compõem analiticamente o conceito e que necessitam da verificação caso a caso, para que se possa aferir os resultados e as possíveis alternativas que existiam diante dos sujeitos históricos (Aggio, 1998, p. 167).

Este autor reconhece que distintas modalidades de *revolução passiva* poderiam ser identificadas em uma investigação, alertando para o fato de que corresponde a processos abertos. Desse modo, deverão ser examinados em seu percurso e aferidos os seus resultados, tendo em conta o protagonismo dos sujeitos, posto que ela poderia apresentar características negativas ou, eventualmente, positivas.

O conceito de *transformismo,* por sua vez, abrange um fenômeno associado à *revolução passiva* quando se unificaram os partidos durante o Risorgimento, ou seja, entre os moderados e o Partido da Ação (Gramsci, 2000). Os primeiros

apoiavam-se em um grupo social relativamente homogêneo, enquanto o segundo, formado especialmente por intelectuais, não representava nenhuma classe, de modo que as oscilações verificadas entre seus dirigentes seguiam os interesses dos moderados:

> os moderados continuaram a dirigir o Partido da Ação mesmo depois de 1870 e 1876, e o chamado "transformismo" foi somente a expressão parlamentar desta ação hegemônica intelectual, moral e política. Aliás, pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias (...), com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversário e que pareciam irreconciliavelmente inimigos (...). A brilhante solução destes problemas tornou possível o Risorgimento nas formas e nos limites em que ele se realiou, sem "terror", como "revolução sem revolução", ou seja, como "revolução passiva", para empregar uma expressão de Cuoco, num sentido um pouco diverso (Gramsci, 2002, p. 63).

No caso italiano, os moderados representavam a camada dirigente, ou seja, intelectuais no sentido orgânico. Desse modo, o *transformismo* pode ser constatado quando agentes ou partidos unificam-se, mudam de lado e reforçam posições conservadoras das forças da ordem: "cooptação ou assimilação pelo bloco de poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas" (Coutinho, 1985, p. 114).

> O chamado "transformismo" é tão-somente a expressão parlamentar do fato de que o Partido da Ação é incorporado molecularmente pelos moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado (Gramsci, 2002, p. 93).

Ao analisar o papel dos intelectuais durante o Risorgimento, Gramsci adverte que quando essa categoria refere-se à posição de dirigentes, certa concepção de Estado reaparece com um sentido reacionário. Entendendo intelectuais como "todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, no da cultura, seja no político-administrativo" (Gramsci, 2002, p. 93), estes tendem a participar, também, do *transformismo*. Daí a conclusão de que "a revolução passiva seria o contexto do protagonismo político-social dos intelectuais" (Vianna, 2004, p. 83).

Ainda que o *transformismo* represente uma categoria originalmente acionada para analisar a vida parlamentar, a elaboração efetuada pelo filósofo da práxis permitiu caracterizar duas modalidades: *transformismo molecular*, quando alguns elementos vão reforçar o lado dos dirigentes, e *transformismo de grupos radicais inteiros* (Gramsci, 2002) naquelas situações em que coletivos maiores vão ser assimilados pelas forças dominantes.

No entanto, é necessário atentar para as possibilidades de equívocos em análises contemporâneas, alertadas pelo próprio Gramsci (2000). Tal alerta faz-se pertinente diante de certa "estadolatria" presente em muitos discursos e posições acionados para defender a prioridade da "via institucional" em determinadas conjunturas, recorrendo ao conceito de *guerra de posição* para justificar a ocupação de espaços nos aparelhos de Estado e "racionalizar" o *transformismo*.

3 A REVOLUÇÃO PASSIVA NO BRASIL

O conceito gramsciano de *revolução passiva* tem sido reconhecido como de grande interesse para os brasileiros (Coutinho, 2011). Diversos cientistas políticos têm sido enfáticos sobre a relevância desse conceito para compreender a história do Brasil, quando as mudanças geralmente foram realizadas pelo alto, pelas próprias classes dirigentes. Todas as tentativas dos de baixo foram esmagadas pelos poderosos ou deturpadas pela história oficial, tais como: Zumbi dos Palmares (1678); Inconfidência Mineira (1789); Revolta de Búzios ou dos Alfaiates (1798); Revolta dos Malês (1835); Canudos (1896-1897); Revolta da Chibata (1910); Coluna Prestes (anos 1920); Intentona Comunista (1935); guerrilhas do pós-1968. Apesar dessas denominações pejorativas (inconfidência, revolta, intentona etc.) e das lutas dos de baixo, a história do Brasil foi escrita por outras mãos (Paim, 2011a).

A *abertura dos portos*, defendida pelos alfaiates da Conjuração Baiana, foi realizada por D. João VI, fugindo de Napoleão e em acordo com os ingleses. A *independência* não veio por Tiradentes, mas pelo "grito" do imperador, filho do rei e neto de D. Maria, que mandou enforcar aquele *herói enlouquecido de esperança*, tal como definiu Tancredo Neves. A *abolição* não se realizou por Zumbi, nem pelos alfaiates ou malês, mas pela princesa, filha do segundo imperador, neta de D. Pedro I, bisneta do rei D. João VI e tetraneta de D. Maria, "a louca"! A *república* não foi feita pelo povo, mas por um golpe militar. E o capitalismo foi consolidado sem revolução democrática burguesa, por meio dos golpes de 1930, 1937, 1945, 1954, 1955, 1961, 1964, 1968 (Paim, 2011a) e do mais recente (2016).

> Nesse sentido, todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a independência política ao golpe de 1964, passando pela Proclamação da República e pela Revolução de 1930), encontraram uma solução "pelo alto", ou seja, elitista e antipopular (Coutinho, 1985, p. 106-107).

Portanto, nunca houve uma revolução no Brasil, apesar do recurso a esse termo para se referir a movimentos políticos, como nos casos de 1930 e 1964:

> nessa dialética brasileira em que a tese parece estar sempre se autonomeando como representação da antítese, evitar a revolução tem consistido, de algum modo, na sua realização (Vianna, 2004, p. 43).

Assim, no Brasil a independência não resultou de um movimento revolucionário, mas de uma iniciativa do imperador D. Pedro I após a migração da corte para esta colônia como um dos efeitos da Revolução Francesa. Esta independência não alterou o modelo agroexportador escravista, mantendo a estrutura econômica do período colonial e não enfrentando a questão agrária.

> A revolução burguesa seguiu em continuidade à sua forma "passiva", obedecendo ao lento movimento da transição da ordem senhorial-escravocrata para uma ordem social competitiva, chegando-se com a abolição, à constituição de um mercado livre para a força de trabalho, sem rupturas no interior das elites, e, a partir dela, à república (Vianna, 2004, p. 47).

Desse modo, pode ser formulada uma teoria da *revolução passiva* "à brasileira" concebida como "longa marcha de transformações moleculares administrada pelo Estado que invade a vida social, modelando-a" (Carvalho, 2004, p. 19). Daí a pertinência de:

> caracterizar a natureza de nossa revolução burguesa, autocrática e alongada no tempo, em que o novo não cancela a antiga ordem social, sendo, ao contrário, tributário de elites políticas reformadoras que deflagram um programa de transformações sob a cláusula restritiva do "conservar-mudando" (Carvalho, 2004, p. 9).

A riqueza desse constructo parece contribuir até mesmo para uma "reflexão sobre a civilização brasileira" (Carvalho, 2004, p. 9), e traz uma dimensão teórica que vai além da mera descrição do Risorgimento italiano. Assim, foi acionado como recurso analítico para a interpretação do processo de modernização autoritária desencadeado após a chamada Revolução de 1930 (Vianna, 2004), inclusive para examinar a própria modernização capitalista verificada no Brasil durante o século XX. Este exemplo, especialmente com a ditadura do Estado Novo, em 1937, culmina no período iniciado em 1922, com a revolta dos tenentes do Forte de Copacabana e a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB):

> naquele período, o movimento operário lutava pela conquista dos direitos civis e sociais, enquanto as camadas urbanas emergentes exigiam uma maior participação política. Essas pressões dos "de baixo" (...) fizeram com que um setor da oligarquia agrária dominante, o setor mais ligado à produção para o mercado interno, se colocasse à frente da chamada Revolução de 1930. (...) Apesar de seu caráter repressivo e de sua cobertura ideológica de tipo fascista, o "Estado Novo" varguista promoveu uma acelerada industrialização do país (...) [e] promulgou um conjunto de leis de proteção ao trabalho, há muito reivindicadas pelo proletariado (Coutinho, 1985, p. 109-110).

Trata-se, portanto, de ir além do estudo da via prussiana de desenvolvimento capitalista, quando se verificou a expansão da acumulação capitalista a partir da intervenção estatal para "considerar o processo de revolução burguesa autocrática como de longa duração" (Vianna, 2004, p. 40). Essa perspectiva de análise também pode ser útil para compreender o regime e a economia depois de 1964,

quando a intervenção do Estado favoreceu "a consolidação e a expansão do capitalismo monopolista" (Coutinho, 1985, p. 111).

Em sequência, a abertura política prometida pelo penúltimo general da ditadura militar degenerou em um Congresso fechado em 1977, visando garantir a maioria de votos no colégio eleitoral. O último general que ocupou a Presidência da República e que usava o bordão "prendo e arrebento", supostamente para os que se opunham à transição do regime, nada fez contra os que estouraram as bombas na sede da ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nas bancas de revistas e no Riocentro. Milhões de brasileiros foram às ruas no movimento das Diretas Já, mas a Emenda Dante de Oliveira foi derrotada em 1984. Tancredo foi eleito indiretamente, mas sobrou para o povo um vice, parceiro da ditadura, que adiou as diretas por mais um ano. E com as eleições diretas chegou ao poder um "filhote da ditadura", com suas "tenebrosas transações", que foi submetido a um *impeachment* pela pressão da sociedade e do movimento dos "caras-pintadas" (Paim, 2011a).

Mais recentemente, depois da tragédia ou farsa das eleições de 1989 (Carvalho, 2004), um sociólogo considerado de esquerda chega à Presidência da República, revelando, mais uma vez, o *transformismo molecular*:

> Fernando Henrique Cardoso teve recursos retóricos para justificar uma mudança de posição ideológica que talvez não tenha paralelo na longa tradição nacional do transformismo (Oliveira, 2009, p. 60).

Finalmente, o maior líder operário do novo sindicalismo no Brasil e uma ex-guerrilheira oriunda da luta armada dos fins dos anos 1960 ocuparam, com a participação do Partido dos Trabalhadores (PT) e de outras organizações de esquerda, a Presidência da República, realizando "a política da direita com homens e frases da esquerda" (Gramsci, 2002, p. 70), e ilustrando, com maestria, o *transformismo de grupos radicais inteiros*.

Por isso os conceitos de *revolução passiva* e de *transformismo* continuam sendo fundamentais para compreender a modernização conservadora presente na sociedade brasileira, desde a independência, passando pela Proclamação da República, pela República Velha, pelos golpes de 1930 e de 1964, pela chamada Nova República, até os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula-Dilma, conforme demonstra toda a obra de Carlos Nelson Coutinho (Braz, 2012):

> se a chave gramsciana de "revolução passiva" ou "revolução-restauração" é utilizada por Coutinho (...) em períodos históricos diversos, como nos governos Cardoso e de Lula da Silva, ele não deixa de analisar, também, as soluções da burguesia na combinação de dominação e direção hegemônica para a obtenção do consenso dos governados. (...) A prática do transformismo entranhou-se na nossa história e, no tempo presente, consolida-se definitivamente com o predomínio da hegemonia

> da "pequena política". Nesse contexto, revolução passiva e contrarreforma representam processos fundamentalmente antidemocráticos, que deslegitimam a "grande política" e as possibilidades de construção de um projeto contra-hegemônico pelas classes subalternas (Simionatto, 2012, p. 380).

Como foi ressaltado, anteriormente, não obstante o jacobinismo de alguns autores e atores, predomina a *revolução passiva* brasileira, em que a dialética do "conservar-mudando" continua imperando (Paim, 2008). Apesar de tudo:

> a revolução passiva não conformaria um programa para o "seu" ator, mas o critério de interpretação que poderia servi-lo no sentido de mudar a chave da direção do transformismo: de negativo para positivo (...). O realismo político em Gramsci aparece em aberta oposição à intervenção carismática, "iluminada", a ação que somente conhece seus fins e ignora os meios para a sua realização. É realista, para ele, a política de cálculo maquiaveliano, que se dispõe a facultar a passagem molecular dos grupos dirigidos à situação de dirigentes, sendo a democracia o nome institucional dessa passagem (Vianna, 2004, p. 105).

Para esse autor, na transição democrática, o PT teria atuado mais como "apóstolo iluminado" do que como ator com capacidade de agir com realismo político. Entretanto, a guinada adotada pelo partido desde o final da década de 1980 (Coelho, 2012) e, especialmente, a partir de 2003, ao conquistar a Presidência da República, deslocou-o para o liberalismo social (Bobbio, 2003) vinculado ao pragmatismo político (Dias, 2006). Se este liberalismo social, sob o pretexto do realismo político, foi capaz de legitimar parcialmente o lulismo (Singer, 2012), possibilitando a vitória do PT nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014, de outro modo comprometeu as políticas universais, a exemplo do SUS, desconstruiu a seguridade social concebida pela Constituição Cidadã e deu prosseguimento ao seu desmonte iniciado pelos governos Collor e FHC (Paim, 2013a).

Mesmo diante de um "reformismo fraco" (Singer, 2012) efetivado pelo lulismo, a burguesia brasileira rejeitou as conquistas sociais dos trabalhadores, setores populares e seus aliados históricos, perpetrando o golpe parlamentar-midiático de agosto de 2016 (Teixeira, 2016).

4 RSB: EXPRESSÃO OU REPRODUÇÃO DA REVOLUÇÃO PASSIVA?

A breve súmula da história do país, ilustrando o percurso da *revolução passiva* no Brasil, procura apontar o terreno sobre o qual se construiu o *projeto* da RSB. Este nasceu dos movimentos sociais incluindo o popular, o estudantil, o acadêmico, o sindical e de profissionais de saúde, mas foi parcialmente incorporado pelo Estado, a partir da Constituição de 1988.

A RSB, enquanto *movimento*, combateu a ditadura militar e o autoritarismo das práticas de saúde, defendendo a democratização da saúde como parte da democratização da sociedade, do Estado e da cultura. No entanto, havia reformistas que buscavam a modernização e a integração do sistema de saúde e conservadores que apenas "visavam à racionalização dos gastos e à eficiência (Baptista, 1996, p. 13). Outros propugnavam uma totalidade de mudanças (*reforma geral*), enquanto alguns mais radicais tinham como horizonte a *revolução no modo de vida* (Paim, 2008). Importantes formuladores desse *projeto* entendiam que a RSB poderia participar na construção de uma "democracia progressiva" (Oliveira, 1988) e propugnar o socialismo (Arouca, 1989; Gallo, 1991).

Entretanto, as características do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, bem como a ação política dos atores sociais, dosaram os ritmos e os conteúdos do *processo* da RSB. Portanto, as condições concretas em que a RSB foi implantada reduziram a sua práxis a uma *reforma parcial* setorial, expressando algumas das possibilidades da *revolução passiva*.

Os conceitos de *revolução passiva* e *transformismo,* portanto, podem ser acionados para explicar a configuração da Reforma Sanitária em uma formação social como a brasileira. Assim, os possíveis deslocamentos das bases políticas e ideológicas no processo de implementação da RSB poderiam ser interpretados recorrendo-se ao conceito de *transformismo*.

Com efeito, o desafio posto seria explicar por que a RSB ter-se-ia reduzido a uma *reforma parcial*. Os resultados apontaram para a configuração desse tipo de práxis que serve à manipulação político-ideológica (Heller, 1986), na medida em que a RSB, tal como a medicina preventiva (Arouca, 2003), alude para mudanças, mas ilude quanto às vias de sua concretização.

Presentemente, podem ser sugeridas outras hipóteses sobre o *processo* da RSB. Entendendo a saúde como um espaço de reprodução das instituições sociais, considera-se a hipótese de que um *projeto* de reforma social do teor da RSB, enquanto *processo*, possa ser invadido pela *revolução passiva*. Ou seja, não seria apenas uma expressão da *revolução passiva,* observada no desenvolvimento da formação social brasileira, atuando como constrangimento externo ao *processo* da RSB. A hipótese que se insinua aponta para a possibilidade de que tal invasão favorece a reprodução da *revolução passiva* no interior da RSB a ponto de delinear uma "*revolução passiva* específica" a ser investigada concretamente.

Nesse sentido, o estudo sobre a *revolução passiva* "à brasileira" e suas relações com o processo da RSB pode suscitar distintas leituras. Primeira, que a própria história do Brasil não é marcada por grandes rupturas, mas por mudanças geralmente vindas do alto, graduais e com a conciliação dos possíveis antagonistas. Segunda, que a categoria *revolução passiva* utilizada por cientistas sociais como

chave para a interpretação do Brasil poderia, também, ser acionada para explicar as promessas não cumpridas pelo *projeto* da RSB, apontando para um constrangimento externo. Terceira, que o próprio processo da RSB apresentaria a sua "*revolução passiva* específica", acompanhada do *transformismo* de parte dos seus intelectuais. Quarta, que apesar das ações "esporádicas e inorgânicas", não houve estagnação, mesmo que seus atores sociais possam ter sido atropelados ou subsumidos pelos fatos, produzidos externa ou internamente. Quinta, que o chamado "portador da antítese" (Vianna, 2004), ainda que imobilizado politicamente no processo, não estaria condenado à inércia.

As duas primeiras leituras conduziriam a uma ênfase nos condicionamentos histórico-estruturais, enquanto constrangimentos externos ao *projeto* da RSB. Já as três últimas leituras estimulam, presentemente, a formulação de novas hipóteses não redutíveis aos constrangimentos externos produzidos pela *revolução passiva* brasileira. É possível então considerar a hipótese segundo a qual o próprio processo da RSB apresenta a sua "*revolução passiva* específica", acompanhada do *transformismo* de parte dos seus intelectuais e dirigentes, ou seja, gerando os seus constrangimentos internos. Postula-se, também, que os "portadores da antítese" (Vianna, 2004) possam ser mobilizados em função de uma práxis política que supere a resistência e aposte na renovação e no aprofundamento do movimento da RSB.

Mesmo considerando que a *revolução passiva* e o *transformismo* continuem caracterizando a sociedade brasileira, é possível reconhecer que invadiram o *processo* da RSB, podendo estar associado ao fenômeno qualificado como "hegemonia às avessas" (Oliveira, 2010). Ou seja, na aparência verifica-se uma direção intelectual e moral do processo de implementação do SUS, quando lideranças do movimento sanitário chegam a ocupar posições importantes de governo, mas na essência prevalecem os interesses do capital, assegurados por seus representantes dentro e fora dos governos (Paim, 2011b). Portanto, as formas de as classes dominantes atuarem em relação ao Estado e às classes subalternas no Brasil, tecendo a *revolução passiva* e o *transformismo*, ajudam a compreender o conservar-mudando da sociedade e do Estado, e, possivelmente, sua invasão e reprodução na RSB. Essa hipótese de uma "*revolução passiva* específica da RSB" aqui esboçada exige, no entanto, investigações concretas que ultrapassam o escopo deste texto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os limites impostos para a RSB e o SUS (Bahia, 2010; Ocké-Reis, 2012; Paim, 2012; Costa, 2013; Costa, Bahia e Scheffer, 2013; Paim, 2013a; Scheffer, 2015) relacionam-se com determinantes estruturais sugeridos nos tópicos anteriores a

partir dos conceitos de *revolução passiva* e *transformismo*, bem como com a correlação de forças político-ideológicas na conjuntura. Assim, diferentes projetos permanecem em disputa na saúde, que podem manter ou superar a *revolução passiva*: o *mercantilista ou expansionista*, o *revisionista* ou *racionalizador* e o da RSB.

O projeto *mercantilista* ou *expansionista* assume a saúde como mercadoria, defendendo o mercado como a melhor opção para a alocação de recursos e para a satisfação das demandas e necessidades dos indivíduos. Reúne interesses de empresas médicas, operadoras de "planos de saúde", indústrias de medicamentos e de equipamentos, segmentos da área econômica e da saúde, parte de entidades médicas e de profissionais de saúde, além da mídia e de empresas de publicidade. Aposta no modelo médico hegemônico e na saúde como espaço de acumulação e expansão do capital. Defende que os serviços de saúde devem ser comprados pelos que podem pagar, cabendo ao Estado financiar aqueles que não podem fazê-lo.

O projeto *revisionista* ou *racionalizador* tem sido exercitado por segmentos que anteriormente defendiam a RSB e o SUS, mas que, diante dos seus dilemas, preferem flexibilizar seus princípios e diretrizes para ajustá-los aos imperativos da ordem econômica e aos interesses do Estado e da política das classes hegemônicas. Aposta nas políticas racionalizadoras, pois, diante da falsa polêmica entre a prioridade para o financiamento ou para a gestão, prioriza a eficiência em detrimento da qualidade, da efetividade e da garantia do direito à saúde.

O projeto da RSB toma como referência as proposições sistematizadas e aprovadas na 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), legitimadas pela Constituição de 1988, estabelecidas no arcabouço legal e reatualizadas pela produção intelectual, discussões e práxis do movimento sanitário. Mesmo admitindo a pluralidade de ideologias e posições integrantes desse movimento, este tende a distanciar-se dos projetos *mercantilista* e *racionalizador*.

Por conseguinte, não obstante o caráter relativamente esquemático dessa análise, fica evidente que os limites estreitos para o desenvolvimento da RSB e do SUS continuam condicionados pelas suas bases de sustentação política. A RSB e o SUS têm encontrado apoio em movimentos populares e sindicais, em segmentos de trabalhadores de saúde, técnicos, pesquisadores, intelectuais e burocratas que atuam na Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), na Associação Brasileira de Economia da Saúde (Abres), no Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), na Rede Unida, em entidades de saúde e, mais recentemente, representantes do Ministério Público (MP), congregados em torno da Ampasa. Entre os gestores e políticos, destaca-se a atuação do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e da Frente Parlamentar da Saúde.

Já nos partidos, a RSB não encontra uma sólida base de apoio, tendo parte de suas propostas defendidas, em conjunturas específicas, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Socialismo e Liberdade (Psol), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Verde (PV), Rede de Sustentabilidade e por alguns parlamentares ou políticos vinculados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Popular Socialista (PPS), entre outros. Nesse particular, cabe destacar o *transformismo* no âmbito parlamentar, apontado por Gramsci desde o Risorgimento. Mas, diferentemente da Reforma Sanitária italiana, que contou com a direção política e cultural do então Partido Comunista Italiano (PCI) e com a base social do movimento operário, organizada em torno das suas centrais sindicais, a RSB enfrentou o "fantasma da classe ausente" (Santos, 2014) e o débil apoio dos partidos de esquerda (Paim, 2008). Alguns estudos comparativos acerca da Reforma Sanitária na Itália e no Brasil ilustram tais diferenças, embora registrem, também, pontos em comum, como a chamada "operação descrédito" (Berlinguer, Teixeira e Campos, 1988), quando os partidos que se opuseram à reforma foram os responsáveis pela sua implantação na nova composição de forças do Parlamento, o que faz lembrar a experiência brasileira em que a aprovação da Lei Orgânica da Saúde em 1990 foi sancionada pelo então presidente Collor. Entretanto, a cooptação pelo alto que poderia estar presente nas experiências da Itália na década de 1980 e do Brasil nas décadas seguintes mereceria ser investigada em outros estudos comparativos.

De qualquer modo, o *transformismo* parlamentar no Brasil guarda muita semelhança com o papel do PMDB na transição democrática e na conjuntura pós-constituinte, bem como as mudanças verificadas no PT, sobretudo depois de 2003. Trata-se da força de um conceito, e não mera ilustração, coincidência ou repetição da história. Daí o uso da expressão "peemedebização" (Nobre, 2013) para qualificar a vida política observada no Brasil da abertura democrática ao governo Dilma, além do "transformismo de grupos radicais inteiros" (Gramsci, 2002, p. 286) para caracterizar a ação política do PT e de seus aliados de esquerda. O golpe parlamentar de agosto de 2016 parece coroar a chamada "peemedebização" da política no Brasil.

Os oponentes da RSB e do SUS, entretanto, dispõem de forças políticas, econômicas e ideológicas não desprezíveis. Contam nas suas fileiras com o empresariado da saúde, as oligarquias e os setores clientelistas e fisiológicos da política, as corporações de profissionais, os partidos da direita (mesmo que não se identifiquem enquanto tal, pois são autodenominados de "democrata", "progressista",

"social", "cristão", "república", "solidariedade" etc.), o capital financeiro (especialmente vinculado aos "planos de saúde"), o Banco Mundial, o capital industrial (medicamentos, equipamentos etc.), a maior parte da mídia e das empresas de publicidade.

Trata-se, portanto, de uma correlação de forças extremamente desfavorável ao pleno desenvolvimento do SUS e ao avanço do *processo* da RSB. A conquista do Estado empreendida pela burguesia e seus aliados históricos, desde 1964 (Dreifuss, 1981), não foi redefinida pela construção de um Estado Democrático de Direito, advindo do pacto social que permitiu a promulgação da "Constituição Cidadã". As classes dominantes brasileiras vieram com toda a força, por meio da eleição do então presidente Collor, restringir os direitos sociais recém-formalizados, consolidando o seu projeto nos oito anos de FHC.

A *revolução passiva* reproduzida nos governos Lula/Dilma e o *transformismo* exercido por partidos, lideranças de esquerda e segmentos sindicais (Dias, 2006; Dantas, 2014; Santos, 2014) ilustra a pertinência de certas elaborações teóricas gramscianas (Silva, 2016) e favorece a compreensão do continuísmo que marca a atuação desses governos, particularmente na condução da economia e no respeito aos pilares macroeconômicos, confirmando a hegemonia da burguesia financeira, industrial e ligada ao agronegócio na direção do Estado, além de viabilizar a penetração do capital e de seus interesses em praticamente todos os espaços e interstícios da sociedade brasileira.

A defesa dos direitos sociais e da saúde, em particular, tão cara ao *projeto* da RSB, constitui, portanto, uma luta contra-hegemônica mesmo diante de governos considerados de esquerda. O *impeachment* sofrido pela então presidente Dilma em 2016 e a posse de um governo com uma agenda ultraliberal constrangedora de direitos e sem a legitimidade do voto popular aprofundam tais desafios (Teixeira, 2016).

Limitado a "ações esporádicas e inorgânicas", o movimento sanitário reduzia a força da antítese. Todavia, a refundação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), em 2006, e a sua atuação político-ideológica até o presente (Rizzotto e Costa, 2014) podem favorecer, diante dos antagonismos e contradições gerados no *processo* da RSB, a instauração de outros diálogos, a partir das manifestações de junho de 2013, que, ao contrário do esperado, fortaleceu a direita. Presentemente, os movimentos sociais progressistas são instados a lutar pela preservação de direitos sociais e políticos, historicamente conquistados, e a radicalizar a democracia, ampliando espaços para a constituição de *sujeitos da antítese* (Paim, 2013b).

REFERÊNCIAS

AGGIO, A. A revolução passiva como hipótese interpretativa da história política latino-americana. *In:* AGGIO, A. **Gramsci, a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Unesp, 1998. p. 161-176.

ARICÓ, J. Geografia de Gramsci na América Latina. *In:* COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA M. A. (Orgs.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 25-46.

AROUCA, A. S. Apresentação (contracapa). *In:* TEIXEIRA, S. F. (Org.). **Reforma sanitária em busca de uma teoria**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Abrasco, 1989.

_____. **O dilema preventivista**: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. São Paulo; Rio de Janeiro: Unesp; Fiocruz, 2003.

BAHIA, L. A saúde em banho-maria. *In:* BECKER, B. K. *et al.* (Orgs.). **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio e Janeiro: Garamond, 2010. p. 351-368.

BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos e percalços da política de saúde no Brasil**: vinte anos da Reforma Sanitária. Brasília: MS; Pnud, 1996. (Projeto Nordeste II).

BERLINGUER, G.; TEIXEIRA, S. F.; CAMPOS, G. W. S. **Reforma Sanitária**: Itália e Brasil. São Paulo: Cebes/Hucitec, 1988.

BOBBIO, N. **Noberto Bobbio**: o filósofo e a política. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

BRAZ, M. (Org). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BUCI-GLUKSMANN, C. Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva. *In:* INSTITUTO GRAMSCI. (Org.). **Política e história em Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 117-148.

_____. **Gramsci e o estado por uma teoria materialista da filosofia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CANCLINI, N. G. Gramsci e as culturas populares na América Latina. *In:* COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA M. A. (Orgs.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 61-83.

CARVALHO, M. A. R. Prefácio: uma reflexão sobre a civilização brasileira. *In:* VIANNA, L. W. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 7-37.

COELHO, E. **Uma esquerda para o capital**: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). São Paulo; Feira de Santana: Xamã; UEFS Editora, 2012.

CORDOVA, A. Antônio Gramsci e a esquerda mexicana. *In:* COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA M. A. (Orgs.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 85-101.

COSTA, A. M. Saúde é desenvolvimento. *In:* SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo; Flacso Brasil, 2013.

COSTA, A. M.; BAHIA, L.; SCHEFFER, M. Onde foi parar o sonho do SUS? **Le Monde Diplomatique Brasil**, n. 69, p. 30-31, 2013.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981.

_____. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. *In:* COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 103-127.

_____. (Org.). **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA M. A. (Org.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DANTAS, A. V. **Do socialismo à democracia**: dilemas da classe trabalhadora no Brasil recente e o lugar da Reforma Sanitária Brasileira. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DIAS, E. F. **Política brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DREIFUSS, R. A. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FELICE, F. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. *In:* INSTITUTO GRAMSCI (Org.). **Política e história em Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 189-257.

GALLO, E. **Razão e planejamento**: algumas indicações críticas para uma práxis emancipadora. 1991. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1991.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 4.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

HELLER, A. **Teoría de las necesidades en Marx**. Barcelona: Ediciones Península, 1986.

MACCIOCCHI, M. A. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

NOBRE, M. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOGUEIRA, M. A. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. *In:* COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA M. A. (Org.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 130-132.

_____. Gramsci e os desafios de uma política democrática de esquerda. *In:* AGGIO, A. **Gramsci, a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998. p. 65-102.

OCKÉ-REIS, C. O. **SUS**: o desafio de ser único. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

OLIVEIRA, F. O avesso do avesso. **Piauí**, n. 37, p. 60-62, out. 2009.

OLIVEIRA, J. A. Para uma teoria da Reforma Sanitária: "democracia progressiva" e políticas sociais. **Saúde Debate**, n. 20, p. 85-93, abr. 1988.

PAIM, J. S. **Reforma Sanitária Brasileira**: contribuição para a compreensão e crítica. Salvador; Rio de Janeiro: EDUFBA; Fiocruz, 2008.

_____. Reforma Sanitária Brasileira: uma promessa não cumprida? *In:* SOUSA, M.F. *et al.* (Orgs.). **A saúde em construção**: das imagens às palavras, encontro entre gerações. Campinas: Saberes Editora, 2011a. p. 69-79.

_____. SUS: desafios e perspectivas. **Consensus – Revista do Conselho Nacional de Secretários de Saúde**, v. 1, p. 33-36, 2011b.

_____. O futuro do SUS. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, p. 612-613, 2012.

_____. A Constituição Cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 10, p. 1927-1936, 2013a.

_____. Reforma Sanitária Brasileira: eppur si muove. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 10, p. 1952-1953, 2013b.

PORTANTIERO, J. C. O nacional-popular: Gramsci em chave latino-americana. *In:* COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA M. A. (Orgs.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 47-60.

RIZZOTTO, M. L. F.; COSTA, A. M. **25 anos do direito universal à saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2014.

SANTOS, R. T. **O fantasma da classe ausente**: as tradições corporativas do sindicalismo e a crise de legitimação do SUS. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SCHEFFER, M. O capital estrangeiro e a privatização do sistema de saúde brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n. 4, p. 663-666, 2015.

SCHRAIBER, L. B. Prefácio. Saúde coletiva: um campo vivo. *In:* PAIM, J. S. (Org.). **Reforma Sanitária Brasileira**: contribuição para a compreensão e crítica. Rio de Janeiro; Salvador: Fiocruz; EDUFBA, 2008. p. 9-19.

SILVA, T. H. S. **Força ou consenso**: a Reforma Sanitária Brasileira entre o dilema reformista e o *minotauro* da saúde. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVEIRA, L. B. **A produção teórica da saúde coletiva brasileira na década de 90**: texto, contexto e mudança social. 2015. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

SIMIONATTO, I. O social e o político no pensamento de Gramsci. *In:* AGGIO, A. **Gramsci, a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998. p. 37-64.

_____. Carlos Nelson Coutinho e a incidência de Gramsci no Serviço Social. *In:* BRAZ, M. (Org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 365-384.

SINGER, A. V. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia de Letras, 2012.

TEIXEIRA, C. F. A saúde no Brasil em 2016 através das lentes do OAPS. **Observatório de Análise Política em Saúde**, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/w7HeXV>. Acesso em: 9 out. 2017.

VIANNA, L. W. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

Data da submissão: 29/06/2017
Primeira decisão editorial em: 20/07/2017
Última versão recebida em: 21/07/2017
Aprovação final em: 25/07/2017